COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE

PROPOSTA DE FISCALIZAÇÃO E CONTROLE Nº ,DE 2016

(Do Sr. Leo de Brito)

Propõe que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do Tribunal de Cotas da União-TCU, fiscalize a utilização dos recursos repassados pelo FNDE-Fundo Nacional para o Desenvolvimento, ao município de Tarauacá-AC, no ano de 2012, destinados a construção de pré-escola.

Senhor Presidente,

Nos termos do art. 61, I, combinado com o disposto no art. 60, I, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, proponho a Vossa Excelência, ouvido o Plenário, que a Comissão de Fiscalização Financeira e Controle, com o auxílio do TCU, promova ato de fiscalização e controle na utilização dos recursos repassados pelo FNDE-Fundo Nacional para o Desenvolvimento, ao município de Tarauacá-AC, no ano de 2012, destinados a construção de pré escola.

JUSTIFICAÇÃO

A Procuradoria Geral do Município de Tarauacá ingressou com uma Ação Civil de Improbidade Administrativa contra a Ex-Prefeita **MARILETE VITORINO DE SIQUEIRA** e alguns do membros de sua gestão, Srs. **CLÁUDIO AMIM DE MOURA**, Ex-secretário Municipal de Finanças, **JOSÉ HILDO COELHO DE SOUZA**, Ex-secretário Municipal de Obras, **JAMILY CRUZ FARHAT** e **JOSÉ AUGUSTO PIRES DA COSTA** Ex-Presidentes da Comissão Permanente de Licitação, **JANETE LIMA DE OLIVEIRA** e **ALBERLÂNDIA DE SOUZA BEZERRA**, brasileira Ex-membros da Comissão Permanente de Licitação, **CONSTRUTORA VITÓRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, por representante legal o Sr.

Raimundo Lima do Nascimento, CONSTRUTORA NASCIMENTO LTDA, por seu representante legal o Sr. **Alfredo Marinho do Nascimento, FÊNIX CONSULTORIA TECNOLOGIA E COMÉRCIO LTDA**, por seus representantes legais os Srs. **Evilásio Feitosa do Carmo e Ricardo da Silva Albuquerque**.

A Ação tem por objeto apurar eventuais crimes de responsabilidade e de atos de improbidade administrativa, pretensamente perpetrados pelos **Demandados**, relacionados a fraude em licitação e apropriação de verba pública oriunda de **Termo de Compromisso PAC nº 202501/2012**, celebrado com o Ministério da Educação, através do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE, destinado a construção de uma unidade educacional, tipo creche/pré-escola.

Segundo conta da ação, a Ex-Prefeita **Marilete Vitorino**, auxiliada por seu Secretário de Finanças, **Claudio Amim** e em conluio com o representante legal da empresa **CONSTRUTORA VITÓRIA COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA**, Sr. **Raimundo Lima do Nascimento**, sacaram da conta corrente do convênio, a importância de **R\$ 218.396,85** (duzentos e dezoito mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos), sob a alegação de que se tratava da **1ª medição** da obra, sem que a empresa tenha, contudo, sentado um tijolo sequer, conforme fotografias juntadas ao processo.

O que chama atenção é que, embora o pagamento tenha sido efetuado a título de medição de serviço executado, não houve a execução de qualquer quantitativo de obra.

Segundo a Procuradoria do Município, “são indisfarçáveis a má-fé e o dolo em causar dano ao Erário, porquanto, os envolvidos, em igualdade de desígnios, somaram esforços para desvirem o valor de **R\$ 218.396,85** (duzentos e dezoito mil, trezentos e noventa e seis reais e oitenta e cinco centavos), sendo certo que, à **Oitava Demandada**, incumbiu a expedição da fictícia nota fiscal, dela fazendo constar que se tratava de medição de obra, mesmo estando ciente de sua inexecução, até mesmo pela indisponibilidade da área; ao **Terceiro Demandado**, coube, na qualidade de Secretário de Obras, sem que possuísse qualquer habilitação em engenharia e sem que tivesse sido “sentado” um tijolo sequer, “atestar” a execução do quantitativo de obra pertinente ao valor vindicado; e, por fim, à **Primeira** e ao **Segundo Demandados**, restou, na qualidade de gestores dos recursos, autorizarem o vultoso pagamento, mesmo sendo sabedores de que se tratava de um embuste”.

A procuradoria diz ainda que há fortes indícios de que o dinheiro tenha servido para custeio da campanha da Ex-Prefeita, quando afirma que “diante de tantos açodamentos e ilegalidades que se evidenciam no procedimento em comento, soa crível que a negligência quanto a análise das condições para se efetuar aquele pagamento, decorreram de ordem da Ex-Prefeita que, data venia, intencionava se apropriar daqueles recursos, com vistas, queremos crer, a formar um “caixa de campanha”, de o modo a custear a reta final de sua candidatura ao Cargo de Prefeita, já que o pagamento fora efetuado há, apenas, **09** (nove) dias do pleito eleitoral, situação esta que, se provada, constitui crime, passível de apuração e reprimenda no âmbito judicial

adequado. Esses indícios se robustecem, pelo fato de que não haveria outra razão para que a empresa não executasse a obra, sobretudo dispondo dos recursos de forma antecipada e, mais que isso, que a Ex-Prefeita se quedasse inerte em instá-la quanto ao cumprimento do contrato.”

Acrescenta, ainda, o Procurador, que desiderato de desviar os recursos é tão notório, que a nota de empenho alusiva ao contrato, foi emitida pela Administração antes mesmo da homologação do certame que, como antes mencionado, ocorreu no dia 29.08.2012, sendo certo que a nota de empenho foi expedida em 27.08.2012, ou seja, dois dias antes da homologação e três antes da celebração do contrato.

Assevera, ainda que, em que pese ser da melhor técnica, a expedição da nota de empenho antes do contrato, essa inversão afigura-se absolutamente ilegal se procedida em relação aos atos de adjudicação e homologação, haja vista ser juridicamente impossível a emissão de uma nota de empenho, sem que se tenha conhecimento do desfecho do procedimento licitatório.

Consta, ainda, do rol de irregularidades, o fato do Secretário de Finanças ter deixado de proceder à retenção dos valores devidos à Previdência Social e ao Imposto Sobre Serviço - ISS, facilitando, assim, que ditos valores fossem incorporados ao patrimônio da Empreiteira, em notório prejuízo do Erário.

As irregularidades que serão apuradas, também envolvem os membros da Comissão de Licitação, os quais, no

intuito de auxiliar a Ex-Prefeita em seus desígnios, protagonizaram um tenebroso repertório de ilegalidades, que consistiam em “montagem” do procedimento preliminar do certame, com vistas a ilidir o descumprimento do prazo legal de publicação, inerente a modalidade de Tomada de Preços; habilitação de licitante que deixou de demonstrar regularidade fiscal; exclusão, de maneira escusa e sem registro, de licitantes habilitadas da fase de abertura de propostas, prejudicando o caráter competitivo da licitação e nulificação do contrato celebrado, por ausência de publicação de seu resumo.

Na ótica da Procuradoria, a inexecução do objeto do convênio, aliada as inúmeras falhas no curso de sua execução financeira e orçamentária, caracterizam violações aos Princípios que regem a Administração Pública, mormente os da Legalidade, Moralidade e da Eficiência, razão pela qual propomos a presente Proposta de Fiscalização e Controle com vistas a recuperação do recurso público em questão e responsabilização dos agentes públicos envolvidos.

Sala da Comissão, em ___ de maio de 2016.

Deputado LEO DE BRITO

PT-AC